



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 5.495, DE 2023

Apresentação: 28/04/2025 09:34:46.280 - CVT
PRL 1 CVT => PL 5495/2023

PRL n.1

Inclui ao Subsistema Rodoviário Federal a rodovia RS-630 que liga os municípios de Dom Pedrito e São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Deputado AFONSO HAMM

Relator: Deputado FAUSTO PINATO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei acima ementado, de autoria do ilustre Deputado Afonso Hamm, tem por objetivo incluir no Subsistema Rodoviário Federal a rodovia estadual RS-630, que liga os Municípios de Dom Pedrito e São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

Na justificação da proposta, o Autor destaca que a inclusão da rodovia na malha federal deve-se ao fato de a RS-630 ser alternativa para escoamento da produção da região e para integração com outras regiões do Estado, além de melhorar o fluxo de acesso ao Porto de Rio Grande, para exportação das safras. Também argumenta que a transferência da rodovia para o domínio federal poderá garantir sua conservação perene e posterior pavimentação asfáltica.

De acordo com o artigo 32, XX, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é responsabilidade deste órgão técnico emitir parecer sobre “assuntos relacionados ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral”. Na sequência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá avaliar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.



* C D 2 5 9 1 8 1 7 1 3 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Fausto Pinato – PP/SP**

A proposta tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em análise propõe incluir no Subsistema Rodoviário Federal a rodovia estadual RS-630, que liga os Municípios de Dom Pedrito e São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul, de forma que ela seja incorporada à malha rodoviária federal.

Em que pese a relevante intenção de nosso nobre Colega em buscar melhores condições para a malha rodoviária do Rio Grande do Sul, entendemos que o atual arcabouço legal que trata do tema não mais comporta medida da natureza pretendida. Explicamos.

Embora tenha enfoque principalmente no marco legal referente ao transporte ferroviário, a Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, trouxe ajustes importantes na organização do Sistema Nacional de Viação (SNV). A principal modificação, que impacta diretamente a presente proposta, diz respeito às relações descritivas das infraestruturas que compõem o Sistema: a partir de então, conforme a norma, essas relações são elaboradas e atualizadas anualmente por meio de ato do Poder Executivo, não sendo mais objeto de Lei.

Assim, ao introduzir essa diretriz na Lei nº 12.379, de 2011, que dispõe sobre o SNV, e ao revogar a Lei nº 5.917, que aprovava o Plano Nacional de Viação (PNV) e seu anexo, este Congresso Nacional, por meio da Lei nº 14.273, de 2021, delegou ao Poder Executivo a prerrogativa de estabelecer a relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal. Diante desse novo arranjo, compreendemos não ser mais possível a inclusão de novos trechos rodoviários por meio de lei ordinária.

Apresentação: 28/04/2025 09:34:46.280 - CWT
PRL 1 CWT => PL 5495/2023

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Fausto Pinato – PP/SP**

Por fim, vale dizer que esse entendimento já foi firmado por esta Comissão, quando da apreciação de matérias semelhantes constantes do PL nº 4.407, de 2019, e do PL nº 738, de 2021, os quais foram rejeitados.

Diante do exposto, nos aspectos em que cabe análise de mérito desta Comissão, nosso voto é pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 5.495, de 2023.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2025.

Deputado FAUSTO PINATO
Relator

Apresentação: 28/04/2025 09:34:46.280 - CVT
PRL 1 CVT => PL 5495/2023

PRL n.1



* C D 2 2 5 9 1 8 1 7 1 3 8 0 0 *

